

**MEMÓRIA****OS 40 ANOS DA ELEIÇÃO DE TANCREDO NEVES E A NOVA REPÚBLICA  
(1985-2025)***Jaime Barreiros Neto<sup>1</sup>*

Iniciado em 1964, o período histórico do Regime Militar no Brasil, que duraria até 1985, começa a, paulatinamente, se enfraquecer a partir das eleições, ainda indiretas, de 1974, quando foi definida a sucessão do então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sendo eleito, para substituí-lo, o General Ernesto Geisel, candidato da ARENA, por meio de eleições indiretas realizadas pelo Congresso Nacional, nas quais obteve 400 votos contra 76 dados a Ulysses Guimarães, candidato do MDB.

A candidatura de Ulysses Guimarães, entretanto, embora derrotada (como já era previsto desde o seu lançamento), foi de suma importância para pavimentar a redemocratização. Alavancado pela candidatura de Ulysses, que fez campanha pelo Brasil inteiro, em oposição à ARENA e ao regime militar, propagando aquela que ficou conhecida como “anticandidatura”, o MDB, naquele mesmo ano, conseguiu quase que dobrar o seu número de deputados federais (de 87 para 165). No Senado, por sua vez, o MDB obteve mais votos do que a ARENA (14,6 milhões contra 10 milhões), conseguindo elevar de 07 para 20 senadores a sua bancada. Assim, finalmente o bipartidarismo começava a se efetivar. O pleito de 1974, dessa forma, tornou-se um divisor de águas na política brasileira, fortalecendo um sistema bipartidário que finalmente, começava a fazer sentido politicamente, deixando de ser um arremedo. O MDB, como reflexo da “anticandidatura” de Ulysses Guimarães, quase duplicou a sua bancada na Câmara dos Deputados, passando a ter pela primeira vez,

<sup>1</sup> Pós-Doutor em Novas Tecnologias, Direito e Ciências Sociais pela Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália). Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Direito pela UFBA. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (graduação, mestrado em doutorado). Professor da Faculdade Baiana de Direito. Membro titular da cadeira nº. 06 da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

força política próxima à da ARENA. Nas eleições para o Senado Federal, por sua vez, o MDB elegeu praticamente o triplo do número de senadores eleitos pela ARENA, tendo o processo eleitoral adquirido, nas palavras de Schmitt, “o caráter plebiscitário que marcaria os anos restantes do bipartidarismo”. Os votos da oposição ao regime, anteriormente direcionados a uma campanha pelo voto branco ou nulo, passaram a ser sufragados em favor do MDB, partido originalmente destinado a uma função meramente figurativa que passava, finalmente, a exercer um papel efetivo de oposição ao regime vigente.

Mesmo implementando a chamada “abertura lenta e gradual” para o regime democrático, o governo Geisel, de início, enfrentava crises, como a decorrente da morte do jornalista Wladimir Herzog nos “porões da ditadura”, desgastando o regime. A insatisfação popular com o regime militar aumentava com o fracasso do projeto do “milagre econômico”, decorrente, principalmente, das sucessivas tensões no Oriente Médio, que levaram o mundo a conviver com as altas de preços dos barris de petróleo, que terminaram por desestabilizar a economia mundial.

Em abril de 1977, em uma tentativa de fortalecimento do seu governo, Geisel fecha temporariamente o Congresso Nacional, objetivando a promoção de reformas. Estava editado o “Pacote de Abril” (Emenda Constitucional nº. 08), que criou a figura do “senador biônico”, ao instituir que nas eleições em que 2/3 do senado fossem renovados, um senador continuaria a ser eleito pelo voto direto e o outro seria eleito pelo mesmo Colégio Eleitoral que escolhia o governador, favorecendo, assim, a ARENA. Pouco antes, em 1976, o governo fez aprovar a “Lei Falcão”, que limitava a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, também com o objetivo de privilegiar a ARENA, partido que sustentava o regime, em detrimento do MDB, partido no qual se concentrava a oposição.

Em 1978, os movimentos sindicais voltam a se fortalecer. Inconformada com o controle salarial promovido pelo governo e percebendo o enfraquecimento do regime, a classe trabalhadora parte para ações mais ofensivas, voltando a promover grandes greves, destacando-se os movimentos paredistas dos metalúrgicos do ABC paulista, quando começa a despontar a figura de um jovem sindicalista, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, denominado Luís Inácio da Silva, ou, simplesmente, Lula. Ao mesmo tempo, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) cada vez mais ganham destaque na luta contra o regime opressor, assim como novos movimentos sociais começam a se organizar, na busca da conquista de direitos.

Nas eleições de 15 de novembro de 1978, o MDB mostra, mais uma vez, a sua força, principalmente nos centros urbanos, onde, sistematicamente, passa a obter mais votos do que a ARENA. O domínio dos arenistas na zona rural, entretanto, ainda lhes garante a maioria no Congresso Nacional. No Amazonas, por exemplo, o MDB venceu as eleições na capital, mas perdeu no resto do estado (51% dos votos na área urbana e 30% na área rural); na Bahia, o MDB venceu as eleições na capital, mas foi severamente derrotado pela ARENA no interior do estado, onde foi superado pelos votos brancos e nulos (60% dos votos na área urbana e 18% na área rural); no Ceará, venceu na capital, mas perdeu em 136 dos 141 municípios do estado (54% dos votos na área urbana e 15% na área rural); na Paraíba o MDB venceu nas duas maiores cidades, João Pessoa (70% dos votos) e Campina Grande (63% dos votos), mas perdeu nos pequenos municípios; o mesmo aconteceu no Mato Grosso do Sul, onde o MDB venceu nos dois maiores centros urbanos (Campo Grande e Dourados), mas perdeu no resto do estado; no Pará, onde venceu em Belém e Santarém mas perdeu no resto do estado; e no Rio de Janeiro, onde a mesma lógica prevaleceu<sup>2</sup>.

---

2 In: Gláucio Ary Dillon Soares, A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: UNB, 1988. p. 99-100.

Em 15 de março de 1979, toma posse o último presidente do regime militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo, candidato da ARENA eleito pelo Colégio Eleitoral com 355 votos, contra 266 do seu adversário, Euler Bentes, do MDB.

Com enfraquecimento do regime militar, e o consequente crescimento das oposições, representadas pelo MDB, o governo militar joga a sua última carta para manter-se no poder: é promovida, ainda em 1979, uma ampla reforma partidária, que extingue a ARENA e o MDB fazendo surgir novos partidos como o PDS (sucessor da ARENA), o PMDB (sucessor do MDB), o PDT, o PTB e o PT, com a clara intenção de dividir a força oposicionista alavancada pelo MDB, a partir de 1974. Como observa David Fleischer<sup>3</sup>, o último governo militar, do general João Figueiredo (1979-1985), percebeu que a situação econômica e social estava cada vez pior, aumentando, assim, a tendência de insatisfação do eleitorado, tornando o governo mais vulnerável e potencializando o crescimento do MDB frente a ARENA. Diante deste cenário, “o governo militar decidiu promover um novo realinhamento partidário, de cima para baixo, extinguindo a ARENA e o MDB”, criando um “pluripartidarismo moderado”, que inicialmente, contou com seis partidos (PDS, PDT, PT, PTB, PMDB e PP).

Sobre o Partido Democrático Social (PDS), pode-se afirmar que o mesmo se constituiu, inicialmente, como o principal herdeiro da antiga ARENA, com uma aparente roupagem nova, tendo como destaque, nos seus quadros, um grande número de governadores e ministros de Estado. Em 1980, o PDS contava com 225 deputados federais, 89% deles oriundos da antiga ARENA<sup>4</sup>.

Como principal herdeiro do antigo MDB surge o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), liderado por Ulysses Guimarães e tendo como principal bandeira a manutenção da unidade da oposição ao já decadente regime militar.

3 David Fleischer, Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. p. 255, Rio de Janeiro – RJ: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo – SP: UNESP, 2004.

4 David Fleischer, O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983), In: FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*, p. 135, Brasília: UNB, 1988.

Alguns oposicionistas, entretanto, defendendo a necessidade de instituição efetiva do pluripartidarismo como requisito para a consolidação democrática, preferiram formar novos partidos, entendendo que a frente oposicionista era demasiadamente ampla para constituir uma única organização política. Assim surgiram o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

PTB e PDT eram partidos que buscavam herdar, de certa forma, a herança trabalhista plantada por Getúlio Vargas nas décadas de 1940 e 1950. Uma grande disputa ocorreu entre o grupo político liderado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o grupo liderado pela filha do ex-presidente Vargas, Ivete Vargas, pelo direito de utilização da sigla PTB, criada por Getúlio nos anos 40 do século XX. No final das contas, o grupo liderado por Ivete Vargas saiu-se vencedor da disputa no Tribunal Superior Eleitoral, não restando outra alternativa ao grupo liderado por Brizola senão a organização de uma outra agremiação partidária, o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, teve uma formação bastante original em relação aos demais. Entre os seus principais fundadores, pouco se encontravam políticos tradicionais, egressos do Movimento Democrático Brasileiro ou mesmo das antigas agremiações anteriores ao Regime Militar. Grupos de intelectuais de esquerda, sindicalistas e militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica formaram, em sua maioria, a base para a construção deste novo, e então exótico, partido político, criado fora do universo das tradicionais elites políticas.

Em 1982, o povo brasileiro retoma o direito de eleger os governadores dos estados. Lula, candidato do PT ao governo de São Paulo, obtém 9,8% dos votos válidos, alcançando a quarta posição: Franco Montoro é eleito governador daquele estado.

Em 1984, o então Deputado Federal mato-grossense, Dante de Oliveira, apresenta proposta de imediata realização de eleições diretas para a Presidência da República, gerando uma grande mobilização social em todo o país, no que ficou conhecido como o movimento das “Diretas-Já”. Conforme lição de Alberto Tosi Rodrigues<sup>5</sup>, em janeiro de 1983, ainda antes da sua posse como deputado federal, Dante de Oliveira já havia decidido transformar em proposta de emenda constitucional a convocação imediata de eleições diretas para presidente da república, tema que mais desenvolveu durante a sua campanha eleitoral. Para isso, o deputado eleito verificou, junto ao sistema de processamento de dados da Câmara, que todas as propostas que buscavam o restabelecimento das eleições presidenciais diretas estavam arquivadas. Assim, passou Dante de Oliveira a buscar o apoio à sua proposta junto a outros parlamentares, obtendo, dessa forma, o número mínimo de assinaturas necessárias. No dia da sessão de abertura do Congresso, destaca Tosi Rodrigues, Dante de Oliveira “posicionou-se, estrategicamente, próximo ao microfone do plenário”, sendo o primeiro deputado a apresentar emendas. O texto, simples e direto, se tornou a senha para uma das maiores mobilizações populares da história do país, a campanha das “Diretas-Já”, que tomou conta das ruas de todo o Brasil.

Em 12 de janeiro de 1984, na Boca Maldita, em Curitiba, é realizado o primeiro comício da campanha das “Diretas-Já”, organizado pelo PMDB e pelo governo do Paraná, com grande participação e engajamento popular. A partir deste comício na Boca Maldita, vários outros começam a acontecer por todo o país. Em 25 de janeiro de 1984, dia do aniversário de 430 anos da fundação da cidade de São Paulo, um grande comício é realizado na capital paulista, reunindo milhares de pessoas. Figuras políticas de diversas tendências, como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva se tornam presenças constantes nas manifestações pelas eleições diretas, que mobilizam todo o país e denotam o ocaso do regime militar.

---

<sup>5</sup> Alberto Tosi Rodrigues, *Diretas Já: o grito preso na garganta*. 1. ed. p. 41-42, São Paulo – SP: Perseu Abramo, 2003.



Em 25 de abril de 1984, entretanto, o povo brasileiro sofre uma grande decepção: por 98 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes, a emenda Dante de Oliveira não é aprovada. Faltaram 22 votos. As eleições presidenciais seriam realizadas, mais uma vez, pelo Colégio Eleitoral.

Com a derrota da emenda das “Diretas-Já”, a oposição ao regime militar se articula para vencer as eleições presidenciais no Colégio Eleitoral. É escolhido, assim, o nome do governador mineiro Tancredo Neves como candidato à presidência da República, tendo como adversário o candidato do PDS, representante do regime militar, Paulo Salim Maluf.

A Escolha de Maluf como candidato do PDS, derrotando nas convenções o ministro Mário Andreazza, por sinal, é o estopim de uma ruptura na base de sustentação do governo Figueiredo. Setores do PDS, liderados pelos senadores José Sarney (que era o presidente do partido), Marco Maciel, pelo vice-presidente Aureliano Chaves e pelo então ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, decidem formar a “Aliança Democrática”, em apoio à candidatura de Tancredo à presidência. Assim, por iniciativa de Sarney, Maciel e Aureliano, é fundado o Partido da Frente Liberal (PFL), que indica Sarney como candidato a vice-presidente da República na chapa liderada pelo governador mineiro:

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito, em Colégio Eleitoral, o primeiro presidente civil brasileiro em 21 anos, derrotando o candidato da situação, Paulo Salim Maluf. Na véspera de sua posse, marcada para o dia 15 de março daquele mesmo ano, contudo, Tancredo é internado em estado grave no Instituto do Coração, em São Paulo, vítima de uma suposta diverticulite, que o levaria à morte, em 21 de abril, gerando uma grande comoção popular. José Sarney é, assim, efetivado como o novo Presidente do Brasil, dando início ao período conhecido como “Nova República”.

Com o início da “Nova República”, o Brasil retoma os caminhos da democracia. É editada, assim, a Emenda Constitucional nº 25, que institui diversas

mudanças políticas no país, a exemplo do estabelecimento de eleições diretas para presidente pelo sistema de maioria absoluta (dois turnos); da convocação, para 15 de novembro daquele ano, de eleições para prefeitos de capital, municípios considerados áreas de segurança nacional e para vereadores e prefeitos de novos municípios; da permissão de coligações nas eleições para prefeito e proibição das sublegendas; da representação do DF no Congresso, com 3 senadores e 8 deputados federais; da revogação da fidelidade partidária; da concessão de direito de voto aos analfabetos (o alistamento e o voto não eram obrigatórios) e da flexibilização das regras existentes para a organização de partidos. Pouco depois, por meio da Emenda Constitucional nº 26, é convocada, pelo presidente José Sarney, Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em 1986, com o objetivo de fazer nascer uma nova Constituição para o Brasil, propugnadora da construção de um Estado Democrático de Direito em nosso país.

Com a promulgação, em 05 de outubro de 1988, da nova Constituição Federal, consolida-se, no Brasil, um regime político de ampla participação democrática. Um ano depois, o povo vai às urnas para eleger diretamente, pelo voto popular, depois de quase 30 anos, o presidente da República.

Passados 40 anos da eleição e morte de Tancredo Neves, o Brasil vivencia sua plenitude democrática, tendo se tornado uma das maiores democracias do planeta, com mais de 150 milhões de eleitores, eleições diretas para os principais cargos políticos, de vereador a Presidente da República, pautadas em uma busca incessante por normalidade e legitimidade da soberania popular, simbolizada em eleições dotadas de tecnologia, lisura e celeridade, que se tornaram exemplo para todo o planeta.